

Aliança Resíduo Zero Brasil

Aliança Resíduo Zero Brasil carta de adesão

1. Introdução

A extensão dos problemas socioambientais, envolvendo o consumo e a geração de resíduos no Brasil, originam-se em grande parte nas questões econômicas, o que provoca enormes desigualdades regionais no país, e também no fato de muitas leis demorem a ser elaboradas e implementadas.

Já se passaram quatro anos desde que entrou em vigor a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS (Lei nº 12.305/2010), documento que foi debatido durante 21 anos no Legislativo.

Embora a lei priorize, nesta ordem, a não geração de resíduos, a redução, reutilização e só depois a máxima reciclagem, ainda não vemos avanços e resultados. E o princípio de corresponsabilidade na gestão dos resíduos ainda não foi assumido pela sociedade, especialmente pelo setor empresarial e pelos governos.

Surgido nos anos 70, Resíduo Zero é um conceito inspirado nos ciclos naturais de vida, que são eficientes e sustentáveis, em que tudo é transformado em outros recursos, sem desperdício e sobras. Adotar o conceito Resíduo Zero significa:

- Minimizar os impactos no solo, na água, no ar e nos ecossistemas, em geral, que podem ser nocivos ou ameaçar a saúde planetária - humana, animal e vegetal – e provocar irreversíveis alterações climáticas;
- Projetar e gerenciar produtos e processos para reduzir o volume e a toxicidade dos resíduos e materiais;
- Conservar e recuperar recursos naturais¹;
- Não queimar ou enterrar resíduos;
- Incentivar o consumo de produtos e serviços com esse conceito.

¹Neste documento recursos naturais refere-se amplamente à água, solo, ar, organismos e ecossistemas.



Aliança Resíduo Zero Brasil

Resíduo Zero é, ao mesmo tempo, uma estratégia e um conjunto de ferramentas que buscam eliminar o desperdício ao invés de apenas gerenciá-lo. Incorporar Resíduo Zero implica também mudança de cultura, baseada na maior compreensão das relações entre produção, consumo e valorização dos recursos naturais, públicos e econômicos; e para que as ações sejam concebidas e implementadas de forma coerente, são necessários programas e projetos, tais como campanhas educativas, públicas e privadas.

A participação ativa da comunidade, que garanta a cadeia de valor, envolverá a adoção de práticas que fecham o ciclo e priorizam com efetividade, eficácia e eficiência necessárias a não geração, redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

A responsabilidade e o envolvimento das empresas também são fundamentais, pois movimentam a economia e viabilizam a criação de trabalho e renda na concepção e redesenho de produtos que garantam o Resíduo Zero. Essa visão de cadeia produtiva, com abordagem política integrada de produtos, foco na produtividade de recursos e inclusão do consumo de energia e geração de resíduos nos cálculos de otimização, permite tomar decisões estratégicas como:

- Conceber produtos com maior durabilidade, de fácil manutenção e conserto, que possam ser reutilizados de forma segura, reciclados ou compostados;
- Não utilizar matérias e substâncias tóxicas;
- Desestimular tributariamente a produção de bens com grande impacto, substituí-los ou retirá-los do mercado;
- Aproveitar insumos descartados em outras cadeias industriais, no conceito de economia circular, minimizando a extração de novas matérias-primas e prolongando o tempo de vida de reservas florestais, minerais e outros recursos.

Na concepção de Resíduo Zero também têm destaque:

- As estratégias de desenvolvimento propostos pela economia solidária;
- A agroecologia e a permacultura;
- As cooperativas de catadores;
- Empreendimentos de reuso (feiras de trocas, brechós, sebos), conserto, acondicionamento, requalificação de produtos e equipamentos;
- Centros de pesquisa sobre novas tecnologias sociais e sustentáveis.



Aliança Resíduo Zero Brasil

A gestão integrada dos resíduos com coleta diferenciada é obrigatória nos municípios, com a separação na origem dos produtos e componentes reutilizáveis e recicláveis. E este descarte seletivo dos resíduos passa a ter mais sentido à medida que os cidadãos compreendem e aderem ao Resíduo Zero.

Segundo a PNRS, a responsabilidade pelo investimento e custeio da coleta seletiva dos materiais recicláveis e a remuneração do trabalho de triagem e pré-beneficiamento é do setor empresarial; já a coleta e tratamento dos resíduos orgânicos/degradáveis e rejeito é do poder público municipal. A coleta seletiva está diretamente ligada à efetivação do sistema de logística reversa de embalagens em geral, cuja responsabilidade de custeio, segundo a Lei Federal 12305/2010, deve ser arcada pelo setor produtivo.

O conjunto dos órgãos públicos nas três esferas de governo deve adotar os mesmos princípios, capacitando seus funcionários para que se tornem referência na comunidade, buscando metas de não geração, reutilização e reciclagem, como definido também na Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P.

Integra ainda a concepção de Resíduo Zero, o tratamento dos resíduos orgânicos via compostagem e biodigestão, que devem ser precedidos e acompanhados de ações educativas para o não desperdício, o aproveitamento integral dos alimentos (cascas, folhas, talos, sementes, etc), a segurança alimentar e nutricional. Por gerarem adubo orgânico de qualidade, a compostagem e a biodigestão devem prever ações educativas e mecanismos de incentivo ao plantio em hortas e jardins em espaços públicos e privados, ALIANÇA RESÍDUO ZERO BRASIL contribuindo para a permeabilidade do solo e suas consequências benéficas, especialmente em ambientes urbanos.

A pequena fração de resíduos que não é reutilizável, reciclável ou compostável - o rejeito - deve ser reduzida e eliminada gradualmente tanto quanto possível, com esforços contínuos compartilhados. Para isso o rejeito deve ser analisado periodicamente, e tomadas medidas para que os produtos sejam redesenhados ou mesmo retirados do mercado. Neste sentido é necessária a regulação do Estado com vistas a garantir que a produção industrial seja sustentável e “durável” e a geração excessiva de resíduos seja penalizada.

No ciclo de vida da maioria dos produtos o consumo intensivo e desenfreado de matérias primas, água e energia - nas fases de extração, produção e utilização - muitas vezes não é computado e passa despercebido à sociedade. Práticas de Resíduo Zero



Aliança Resíduo Zero Brasil

têm impacto positivo e grande potencial de economia, requalificação, valorização e conservação da água e da energia incorporada nos produtos pós-consumo. Estudos de análise de ciclo de vida dos produtos (ACV) provam que a energia economizada por meio de reutilização ou reciclagem supera em larga escala aquela que eventualmente poderia ser obtida através do caríssimo e perdulário processo de incineração.

Os municípios Resíduo Zero da Europa estão mostrando que a coleta seletiva pode alcançar taxas de reciclagem de 80 a 90%, sendo o rejeito inferior a 100 kg por pessoa/ano. São Francisco (Califórnia), cuja meta é diminuir 90% do que era aterrado, já recupera 80% dos seus resíduos.

Enfim, adotar Resíduo Zero resulta benefícios sociais, ambientais, climáticos, sanitários, econômicos e ao erário público para as atuais e futuras gerações, avanço na erradicação das desigualdades socioambientais e, sobretudo, a construção de um habitat mais sustentável².

2. Ação coletiva para incorporar o conceito Resíduo Zero

Várias iniciativas estão ocorrendo relativas ao Resíduo Zero. Com a finalidade de potencializar o conceito no Brasil, de forma participativa, o Instituto Pólis organizou em 16/5/2014 um encontro com instituições parceiras com o objetivo de construir uma articulação com estratégias de enraizamento regional.

A intenção é estabelecer ações de curto, médio e longo prazos, e envolver instituições e cidadãos para criar um movimento virtuoso no âmbito dos resíduos sólidos, também na perspectiva de integrar-se às redes existentes, como a Aliança Global Resíduo Zero, a Aliança GAIA, entre outras, com posição anti-incineração de resíduos urbanos e em defesa da integração dos catadores e de suas associações e cooperativas, priorizando a não geração e a redução de resíduos.

Neste encontro destacou-se que, embora ainda seja muito popular, a palavra *lixo* não consta no texto da PNRS, o que nos levou a adotar exclusivamente o termo *resíduo*.

² Ver mais sobre o assunto no documento "Por uma Rota Tecnológica de Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos favorável à Reciclagem", produzido no contexto do 1º Seminário Nacional Rotas Tecnológicas para a Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos e a Reciclagem diante da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), <http://goo.gl/xKKiBY>.



Aliança Resíduo Zero Brasil

3. Propostas da Aliança Brasil Resíduo Zero

Foram concebidas, inicialmente, duas frentes de ação:

- A. A implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- B. A criação de uma Política de Produção Durável e Reciclagem Garantida.

Destaca-se que ambas as frentes preveem amplo trabalho de mobilização da comunidade e educação ambiental, com o envolvimento de instituições de ensino, públicas e privadas, de todos os níveis, dentre outros parceiros.

Além disso, ambas levam em conta a urgência da redução nas emissões de gases de efeito estufa (GEE), em sinergia com a Política Nacional de Mudanças Climáticas, que reconhece a gestão sustentável de resíduos como estratégia de mitigação dos GEE.

A seguir estão elencadas algumas ações previstas em cada frente.

A. Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Tendo como referência a concepção de Reciclagem Popular elaborada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis-MNCR, e integrando educação, meio ambiente, tecnologia e inclusão social, esta frente pretende acelerar a implementação da PNRS, instituindo a coleta seletiva domiciliar em três categorias de resíduos, garantindo o tratamento diferenciado para cada categoria: reciclagem industrial dos materiais recicláveis/secos, compostagem e biodigestão dos resíduos orgânicos e disposição final de rejeitos em aterros sanitários, preferencialmente consorciados.

Ações

- Identificar e divulgar experiências referência no Brasil que estejam de acordo com a PNRS;
- Desenvolver programas de capacitação de gestores públicos em polos municipais;
- Desenvolver programas de profissionalização das cooperativas de catadores;



Aliança Resíduo Zero Brasil

- Divulgar boas práticas e projetos bem sucedidos, como a Cooperativa Ourinhos(SP), Cata Unidos (Belo Horizonte) e Coopecent (ABC Paulista);
- Envolver as universidades e o MEC em pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias que agreguem valor ao trabalho dos catadores e suas organizações;
- Trabalhar pela criação da ATEC-Assistência Técnica e Extensão da Catação e Triagem³, de educação não formal, em que agentes capacitados auxiliem catadores de materiais recicláveis para que melhorem suas atividades produtivas, renda e qualidade de vida;
- Trabalhar pela extensão do programa Bolsa Verde aos catadores de recicláveis⁴;
- Analisar resíduos sólidos de eventos com interpelação dos fornecedores;
- Implementar sistemas de tratamento de resíduos orgânicos por compostagem e/ou biodigestão municipais, intermunicipais ou regionais;
- Articular parcerias com os programas da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional e CONSEA;
- Promover Resíduo Zero nas intervenções urbanas, de iniciativa pública e privada;
- Divulgar boas práticas e projetos bem sucedidos de compostagem relacionadas ao incentivo à produção orgânica;
- Implementar procedimentos para a redução, reaproveitamento e reciclagem dos resíduos da construção civil;
- Criar legislação exigindo práticas de Resíduo Zero em projetos e obras, públicas e privadas, incluindo a definição de áreas para armazenar recicláveis e compostar in situ;
- Incentivar “retrofit” de prédios para que se tornem ecoeficientes;
- Ampliar espaços (como Ecopontos) que consolidem e possibilitem o recebimento, reformas e consertos de produtos descartados.

³ Nos moldes do serviço federal ATER-Assistência Técnica e Extensão Rural, em que agentes capacitados auxiliam agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais para que melhorem suas atividades produtivas, sua renda e a qualidade de vida de famílias extremamente pobres.

⁴ Já implantado no meio rural, o Bolsa Verde repassa R\$ 300,00 trimestralmente, durante dois anos, com possibilidade de renovação.

Aliança Resíduo Zero Brasil

B. Criação de uma Política de Produção Durável e Reciclagem Garantida

Esta frente busca instituir mecanismos para a mudança de padrão de produção, promovendo uma transição para a situação ambientalmente mais adequada - não gerar resíduos - com base em amplo programa de informação para o consumo mais sustentável e responsável, incluindo a difusão do conceito de simplicidade voluntária.

Ações:

- Levantar boas práticas de redução na geração de resíduos das indústrias;
- Identificar os resíduos, e especialmente o rejeito, com o objetivo de sua máxima redução;
- Criar política para produção de bens duráveis, modulares, consertáveis e recondicionáveis, incluindo um sistema de rotulagem sobre a durabilidade/especificação de insumos (materiais, água, energia, etc);
- Promover campanhas para a gradativa recusa pelo consumidor de bens supérfluos, como mexedores de plástico para café, canudos, tampas em copos descartáveis, embalagens secundárias (como caixa de creme dental, etc).
- Elaborar política tributária de valorização, pelo uso racional econômico e combate ao desperdício dos recursos naturais;
- Adotar medidas e ações que coíbam o marketing da obsolescência perceptiva;
- Estabelecer Incentivos e fomento ao redesenho de produtos que não podem ser reutilizados de forma segura, reciclados e compostados.



www.residuozero.org.br